

Resumo

Destacaremos nesse artigo os mecanismos de produção do espaço que levam ao seu controle, em especial, a segregação sócio-espacial. A questão que se coloca é: se há uma relação entre políticas públicas voltadas para a cidade e um novo processo de desenvolvimento urbano ou se a segregação sócio-espacial será mantida, numa lógica histórica de separação e controle das classes sociais pelo e no espaço. Partimos do princípio que o capital internacional e nacional historicamente se aliam ao Estado para planejar e gerir a cidade a partir de um viés de classe, promovendo e intensificando padrões de segregação, para ampliar lucros e o controle da população. O objetivo do artigo é problematizar alguns impactos desse modelo de gestão na distribuição das classes sociais pela cidade e conceituar a segregação sócio-espacial, para auxiliar na avaliação das atuais políticas urbanas em relação a uma melhora das condições de urbanidade. Esse artigo está dividido em três partes: primeiro, apresenta definições para segregação e fragmentação sócio-espacial, em seguida analisa a evolução urbana do Rio de Janeiro a partir das características do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, principalmente no seu aspecto segregador. Finalmente, apresenta uma breve revisão de metodologias de identificação dos processos e das consequências da segregação na cidade do Rio de Janeiro, para dar suporte a políticas públicas que não perpetuem essa prática, visando uma cidade que contemple a todos, uma vez que novos padrões de segregação são identificados na cidade.

Palavras-chave: megaeventos, metodologia, Rio de Janeiro, segregação.

Um Rio de Janeiro para Todos?

As expectativas de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro aumentaram nos últimos anos, devido a proximidade de grandes eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Previsões de investimentos nacionais e internacionais estão estampadas pela cidade, ecoam nas vozes dos grandes meios de comunicação, em propagandas políticas¹ e são enaltecidas por uma série de instituições públicas e privadas. As obras são visíveis, como os investimentos em infra-estrutura viária, o embelezamento das áreas central e portuária (Porto Maravilha), reforma de estádios e a criação do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade.

No entanto, a preocupação com uma real transformação sócio-espacial nos faz refletir sobre o processo como um todo, não somente no potencial que esse momento representa em relação a alterações pontuais (e necessárias), mas como uma mudança substancial na cidade, parte de um projeto a longo prazo que contemple todos. Para tal, faz-

¹ Onde a campanha hegemônica da mais recente eleição municipal se apropriou da imagem de uma “cidade para todos”, da “cidade olímpica” e foi vencedora.

se necessário avaliar os impactos dessas transformações, mesmo que ainda em curso, buscando evidenciar a concepção de cidade e de planejamento que há por trás dos atuais produtores do espaço urbano.

Questionamos se os objetivos empresariais dessas intervenções têm esse potencial distributivo e transformador, que possa romper com a lógica histórica que produziu uma cidade profundamente desigual, levando a um novo Rio, um “Rio para todos”. O discurso oficial preconiza que, como compensações pelos grandes acordos, (com muito investimento público e ganhos privados), ficaria um legado para a cidade de equipamentos e serviços, assim como um ganho econômico.

No entanto, vários projetos antes deixados de lado (como a privatização do estádio Maracanã), são evocados e implementados em nome da preparação da cidade para sediar esses megaeventos. Enquanto o discurso oficial apresenta uma cidade “passada a limpo²”, diversos estudos apontam para a continuidade do processo de segregação histórico que caracteriza a cidade e de alterações meramente pontuais como propostas de intervenção urbana. O “passado a limpo” apresenta muitas características do passado recente, numa tensão constante entre valorização imobiliária e o direito à cidade.

O modelo empresarial de gestão urbana adotado na cidade nos anos de 1990 seguiu o avanço das políticas neoliberais em voga no período e atualmente se reinventa, com o apelo da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas. Mais uma vez, grupos hegemônicos se apropriam de instrumentos políticos e da política em busca do aumento de seus lucros, agora sobre a cidade, já que o cenário é de crise. Atualmente, os eventos esportivos têm sido utilizados para fazer intervenções urbanísticas pontuais com caráter de urgência ou, como coloca Carlos Vainer (2011), criando *cidades de exceção*, onde tudo deve ser aprovado rapidamente em nome do espírito olímpico, capaz de criar uma imagem positiva da cidade para novos investimentos.

A iminência de uma crise urbana, a partir da “responsabilidade” de sediar megaeventos, inventa a necessidade emergencial de atuação, conferindo autonomia ao “líder” e reconfigura as relações de poder, desconsiderando leis e caminhos democráticos, visando afirmar os interesses das classes dominantes. Nesse contexto, a política não é eficaz, pois ela explicita os conflitos e é necessário o consenso para a realização dos novos investimentos. O controle social dos gastos públicos, por exemplo, é amplamente ignorado e

² Entrevista com a Presidente do Comitê Olímpico Municipal, Maria Silvia Bastos Marques <http://www.cidadeolimpica.com/o-rio-esta-se-passando-a-limpo/> acesso em 6/06/2012

evitado, impondo sérios riscos a um processo democrático e popular de planejamento dos rumos da cidade.

Destacaremos nesse artigo os mecanismos de produção do espaço que levem ao seu controle, em especial, a segregação sócio-espacial. A questão que se coloca é: se há uma relação entre políticas públicas voltadas para a cidade e um novo processo de desenvolvimento urbano ou se a segregação e/ou fragmentação sócio-espacial será mantida, numa lógica histórica de separação e controle das classes sociais também pelo espaço. Partimos do princípio que o capital internacional e nacional historicamente se aliam ao Estado para planejar e gerir a cidade a partir de um viés de classe, promovendo e intensificando padrões de segregação, para ampliar lucros e o controle da população.

O objetivo do artigo é problematizar alguns impactos desse modelo de gestão na distribuição das classes sociais pela cidade e conceituar a segregação sócio-espacial, para auxiliar na avaliação das atuais políticas urbanas em relação a uma melhora das condições de urbanidade. Esse artigo está dividido em três partes: primeiro, apresenta algumas definições para segregação e fragmentação sócio-espacial e contextualiza o estudo sobre a segregação segundo a realidade brasileira, enfatizando o debate que diferencia segregação e fragmentação; segundo, analisa a evolução urbana do Rio de Janeiro a partir das características do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, principalmente no seu aspecto segregador, buscando compreender como se dá a distribuição das classes sociais pela cidade. Finalmente, apresenta uma breve revisão bibliográfica de metodologias de identificação dos processos e das consequências da segregação e/ou fragmentação nas grandes metrópoles brasileiras, em especial na cidade do Rio de Janeiro, para dar suporte a criação de políticas públicas que não perpetuem essa prática, visando uma cidade que realmente contemple a todos.

Segregação ou fragmentação sócio-espacial?

Apresentaremos nesse parte algumas definições para os termos segregação e fragmentação no intuito de entender como esse processo pode ser usado não somente como uma estratégia de controle social, mas também como forma de ampliação dos lucros e da manutenção da exploração do trabalho, uma das expressões da acumulação capitalista na cidade. Para conceituar segregação, utilizaremos as definições de Marcuse (2001), Ribeiro (2012) e Massey e Denton (1988) e, para a fragmentação, de Souza (2008).

Cidades têm sido divididas formando uma variedade de padrões de *clustering* (agrupamentos) que se apresentam em três grupos-tipos ideais diferentes: divisão por cultura, por papel funcional econômico e pela posição na hierarquia do poder. Para os fins desse trabalho, destacaremos o último tipo de divisão, pois ela parte da *classe social* como uma relevante linha de diferenciação intra-urbana. Os estudos sobre segregação sócio-espacial tendem a focar nas diferenças entre as classes ou etnias (NEGRI, 2008). No Brasil, a separação entre as classes sociais aparece como forma predominante de análise sobre a segregação, mas a importância da etnia também é destacada.

As divisões da sociedade por status não são voluntárias. Enquanto a elite mantém a separação voluntária, retratado no Brasil por Souza (2004, 2008) e Ribeiro (2012), ela precisa de formas para impô-la nos de status inferior, sem a sua vontade. Sendo assim, divisões por status requerem o uso da força e, numa sociedade civilizada, tal força é o monopólio do Estado, que tem papel fundamental de estabelecer linhas de divisões involuntárias que refletem divisões de status (MARCUSE, 2001). Essa divisão ao longo das linhas de poder, implementadas pelo Estado, são consideradas ameaçadores para os prospectos de uma sociedade democrática.

Para Marcuse (2001), a *segregação* é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se agrupar numa área espacial definida, num gueto. É o processo de formação e manutenção do gueto. E um gueto é uma área de concentração espacial usadas pelas forças da sociedade dominante para separar e limitar um grupo particular, externamente definido como racial, étnico ou estrangeiro, tratado como inferior pela sociedade dominante.

Massey e Denton (1988) destacam a multidimensionalidade da estrutura espacial urbana e apresentam a segregação residencial não como resultado de um único processo, mas de uma relação complexa de vários processos econômicos e sociais que são interpretados como “segregação”. A segregação residencial é o grau em que dois os mais grupos vivem separados um do outro, em diferentes partes do ambiente urbano. Esse entendimento geral mascara uma complexidade, pois grupos podem viver separados e são segregados de diversas formas. Segundo os autores, analisando a realidade urbana de países centrais, o grupo que é altamente centralizado, espacialmente concentrado, distribuído desigualmente, fortemente agrupado e minimamente exposto a membros minoritários é tido como residencialmente segregado. A contribuição desses autores será retomada na última parte quando apresentamos uma revisão bibliográfica dos métodos.

Já a *fragmentação*, segundo Souza (2008), é um termo que vem sendo usado com pouco rigor, como sinônimo de dualização, segregação e de cidade partida. Para o autor, fragmentação tem a ver com fragmentos, partes da cidade que, por vários motivos, não se conectam mais ou estabelecem poucas relações umas com as outras. Ou seja, atualmente não podemos falar somente em segregação, pois ela acontece quando uma parcela da sociedade é forçada ou induzida, contra a sua vontade, a viver confinada àquele local. A fragmentação do tecido sociopolítico-espacial não é setorial, mas como o termo coloca, é *espacial*. Nas últimas décadas, com a difusão da territorialização do tráfico de drogas, a auto-segregação das elites e mais recentemente a com a evolução das milícias, várias interações espaciais diminuem, tendem a desaparecer ou tornam-se muito seletivas. A cidade se segmenta por fronteiras invisíveis e ilegais, que reduzem a mobilidade intra-urbana tanto de pobres quanto da classe média (SOUZA, op cit.).

A fragmentação se acrescenta à segregação e a agrava pois ela compromete a própria ideia de cidade enquanto unidade na diversidade (SOUZA, 2004) e afeta os fundamentos “da vida pública e da democracia” (SOUZA, op cit, p. 501). Ou seja, a participação nos territórios dominados por traficantes e milicianos fica comprometida pela forte manipulação e poder desses grupos sobre a política local, assim como a troca com as partes mais ricas da cidade se enfraquece, por preconceitos, desconfianças, restrições físicas (falta de espaços para negociações), pelo estigma e pela necessidade de manutenção do *status quo*.

Entendemos que esse processo de fragmentação dificulta também a realização de políticas urbanas que contemplem a cidade com toda a sua desigualdade. As consequências da segregação no acesso a educação e ao mercado de trabalho também foram analisados em outros estudos (ver RIBEIRO et. all, 20008). Sua identificação e monitoramento devem ser usadas para compreender a lógica por trás do desenvolvimento do capitalismo na cidade e para projetar diferentes cenários.

A evolução da cidade segregada: assim se passou um século.

Faz-se necessário problematizar a evolução urbana do Rio de Janeiro e sua relação com a expansão do capitalismo brasileiro, visando compreender o papel da segregação nesse processo. Há uma possibilidade de melhoras nos indicadores econômicos recentes (caso as decisões tomadas agora sejam pensadas com esse fim), o que não está no escopo de análise desse artigo, mas será que caminhamos para uma reversão de um histórico

de segregação intra-urbana como uma das características estruturantes da nossa urbanização?

O Rio de Janeiro, como uma cidade em fragmentos, é a expressão de históricas desigualdades sociais, num processo de segregação mantida pelo Estado desde o período das intervenções urbanas de Pereira Passos no início do século XX, perpetuado por diversas ações governamentais posteriores, direcionadas a adequar a forma urbana às necessidades de produção, reprodução e acumulação do capital nacional e internacional. Para Abreu (2006), a Reforma Passos representou exemplo de intervenção maciça, onde o Estado, importante agente modelador do urbano, reorganizou o espaço através de uma lógica de separação entre determinados grupos sociais, fragmentando a cidade ao direcionar a ocupação das diferentes classes sociais pela cidade.

Abreu (2006) analisou a expansão urbana do estado do Rio de Janeiro ao longo do tempo e destacou, dentre vários processos, o caráter classista e profundamente desigual em termos de acesso a bens, emprego e serviços públicos pelos diferentes segmentos da população, variando conforme a renda e sua localização na cidade. O Estado, mostrou o estudo, tem historicamente valorizado certas áreas da cidade em detrimento de outras através de investimentos públicos localizados, aumentando seletivamente o valor da terra e tornando parcelas da cidade inacessíveis para grande parte da população, gerando e ampliando a fragmentação do seu tecido sócio-espacial e ampliando lucros a partir da valorização de certas áreas.

O acelerado crescimento das cidades ao longo do século XX e da população não foi acompanhado de regularização fundiária, moradia para as classes economicamente menos favorecidas³, provisão de serviços básicos, salários justos para as classes trabalhadoras e não prezou pela questão ambiental. O desenvolvimento do capitalismo na cidade do Rio de Janeiro, na sua forma desigual e combinada, seguiu o mesmo padrão, apresentando um grande déficit habitacional⁴ e moradias do tipo precárias, o que evidencia a desigualdade de renda e a lógica da produção capitalista da moradia enquanto mercadoria e a do urbano enquanto negócio.

O teor das políticas públicas atuais muitas vezes se assemelha as do início do século XX, o que nos leva a repensar esse modelo. Como avalia Raquel Rolnik (2011), o planejamento geral da cidade, que deveria seguir os preceitos do Estatuto da Cidade, é substituído por esses megaprojetos, forma de gerir a cidade inserida no contexto do

³ O déficit habitacional brasileiro estimado em 2007 é de 6,273 milhões de domicílios, dos quais 5,180 milhões, ou 82,6%, estão localizados nas áreas urbanas (Déficit Habitacional no Brasil, 2007).

⁴ 470 mil, segundo o Ministério das Cidades, 2009.

*empresariamento urbano*⁵, onde a cidade é vista a partir do prisma da realização de negócios. A propaganda que vende a cidade ideal para investimentos é crucial para o bom funcionamento das negociações. Com a crise que assola boa parte do mundo hoje, o Brasil parece ter se tornado a “bola da vez” para investimentos, principalmente no setor de construção e imobiliário⁶, gerando expectativas e frustrações na vida dos diferentes moradores da cidade. Esse modelo de planejamento urbano traz enormes conseqüências na produção do espaço, na gestão municipal e na democratização das riquezas produzidas pela cidade.

A cidade do Rio de Janeiro ganhou destaque na literatura urbana devido a presença de uma hierarquia na organização social do seu espaço intraurbano, conforme a classe social, que se expressa na diferenciação entre “Zona Sul”, termo que designa a parte da cidade com histórico de maiores investimentos, e a Zona Norte, área de ocupação mais antiga, mas com menos investimentos por parte do poder público. Essa é a segregação do tipo clássica, um processo que avançou o século XX, até meados dos anos 70. Nesse período, os pobres foram largados as forças do mercado, o que levou a ocupação, para fins de moradia, de espaços desprezados pela elite e pequena burguesia (SOUZA, 2006).

Atualmente, a forma urbana carioca se apresenta ainda mais complexa. Esses fragmentos, territórios urbanos, pouco se comunicam entre si, apresentam fronteiras invisíveis e visíveis (como a construção das “barreiras acústicas”, invisibilizando moradores⁷). Essa fronteira é constantemente recriada. Um exemplo recente pode ser retirado do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, realizado em 2010, que tem como um dos seus objetivos de zoneamento direcionar a ocupação de determinadas áreas, ampliando a diferenciação entre os lugares providos de investimentos dos sem. O novo Plano Diretor

aponta para a consolidação e aprofundamento de uma geografia social que separa territorialmente os grupos sociais segundo sua renda. Ao invés de resultado ‘espontâneo’ das leis do mercado imobiliário, a segregação social se transforma em política oficial (Relatório de Avaliação Técnica de Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, 2011, p.35).

⁵ O termo “empresariamento urbano” é aqui usado conforme preconizado por HARVEY em “Do gerenciamento ao empresariamento urbano: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”, 1996)

⁶ O atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, assim como atual o prefeito Eduardo Paes, tiveram suas campanhas ao governo financiadas por muitas empreiteiras.

⁷ Através de muros, os moradores próximos as vias expressas da cidade, como nas Linhas Vermelha e Amarela são “escondidos” pelo poder público.

No Rio de Janeiro, projetos como a construção de vias rodoviárias (Transcarioca, Transoeste e Transolímpica) e a valorização de áreas com histórico de pouco investimento, como a Zona Portuária da cidade, que passará por uma transformação socioespacial com a implementação do projeto Porto Maravilha, e área da Barra da Tijuca, para a construção do Parque Olímpico, têm afetado a cidade e impactado a vida de milhares de pessoas. Como legado, alguns benefícios pontuais poderão se desenvolver, mas da forma como os projetos têm sido implementados, são fortes os indícios de que perderemos uma chance de pensar em investimentos e prioridades mais sérias para resolver problemas da cidade, como as moradias, a questão da mobilidade e distribuição de recursos e oportunidades pela cidade, visando a redução da desigualdade social e do fortalecimento da vivência democrática nas cidades, base para qualquer sociedade que queira pensar em transformações reais.⁸

A *gentrificação* acompanha os processos de fragmentação e segregação. Por *gentrificação* entendemos, segundo Smith (1982) como “o processo pelo qual áreas residenciais da classe trabalhadora são reabilitadas por compradores da classe média, proprietários e planejadores profissionais” e expressa o “óbvio caráter de classe do processo”. Considerados por muitos como algo desejável, pois novas áreas da cidade são incorporadas ao circuito do consumo, tanto de paisagens, objetos e cultura, seus impactos são geralmente devastadores para a classe trabalhadora residente nesses lugares, gerando sérios problemas em relação à habitação e ao direito à terra urbanizada, uma vez que estes são realocados em áreas distantes das áreas centrais⁹, desprovidas de todo o equipamento urbano ou, de urbanidade. A presença de um policiamento comunitário, a chamada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em territórios dominados pelo tráfico, trouxe benefícios para o cotidiano dos moradores, mas é associada também a uma intensa especulação imobiliária. As primeiras UPPs instaladas na cidade estão localizadas nas áreas nobres, como na Zona Sul, no entorno do Maracanã e nos corredores de trânsito que ligam essas áreas aos aeroportos, numa clara relação entre política de segurança pública, megaeventos e *gentrificação*¹⁰.

Ribeiro (2012) chama atenção para o poder de auto-segregação das classes superiores em áreas classificadas como superiores. Em recente relatório, Rio de Janeiro foi a cidade que mais apresentou essa concentração. As classes populares estavam menos

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre os impactos dos mega eventos, ver *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*.

⁹ Segundo o DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, (2011) é grande o número de famílias de baixa renda removidos das áreas beneficiadas pelos investimentos para os megaeventos e transferidas para o Programa Minha Casa Minha Vida, em áreas periféricas da cidade.

¹⁰ Ver DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO (2011) e *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil* (2011).

concentradas. A conclusão foi que “o *poder de segregação* das camadas superiores nas metrópoles brasileiras não é suficientemente forte para colocar à distância às camadas populares” (RIBEIRO, 2012, p 45), a gentrificação aparece então como um momento de disputa por território na cidade. O modelo centro-periferia que estruturou o crescimento da cidade apresenta novidades. A distribuição com característica *fractal* demonstra as diferenças que devem ser avaliadas na microescala, por exemplo, as desigualdades constatadas dentre bairros, que não são identificadas se avaliadas em outras escalas.

Ao analisarmos evolução de longo prazo da organização social dos territórios metropolitanos, verificamos a manutenção do modelo centro-periferia, mas, simultaneamente, constatamos tendências de diversificação, que apontam para a possível emergência de um *modelo fractal*. (...) é que talvez estejamos diante de tendências de mudanças da escala em que se materializa a histórica divisão social do território das metrópoles brasileiras, saindo da grande para o micro escala (RIBEIRO, 2012, p. 46, grifo nosso).

A explicação para a complexidade do processo de segregação para além do modelo centro- periferia, problematiza a presença de classes populares em áreas centrais e mais valorizadas. São duas versões apresentadas para explicar tal ocorrência. Primeiro, porque há limitações do regime urbano em permitir o pleno exercício do *poder de segregação* pelas camadas superiores (poder que pode estar sendo ampliado nesse momento devido ao cenário de expectativas para sediar os megaeventos e devido as novas alianças criadas nesse período). Uma outra interpretação para tal fenômeno leva em consideração a acomodação do conflito distributivo expresso na cidade e, ao mesmo tempo, instrumento de inserção subalterna das classes populares ao direito à cidade, mesmo que limitado (RIBEIRO, 2012). Indicando ainda que há uma tendência a segregação na cidade, mas com novas características em relação ao passado.

Metodologias de análise

O termo segregação tem sido evocado por um número significativo de pesquisadores e movimentos sociais (a partir da intensificação nas intervenções visando preparar a cidade para os megaevento). Nessa parte, buscamos apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre metodologias de identificação desse fenômeno.

Para uma análise marxista, a cidade é manipulada como se fosse a própria mercadoria no contexto de um mercado de cidades (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2002). Como toda mercadoria no capitalismo, sua produção desconsidera o *valor-de-uso* (valor determinado a partir da utilidade das suas partes), priorizando o seu *valor-de-troca*, partindo não pelo viés do valor determinado pelo trabalho contido na mercadoria, mas como um ativo financeiro, passivo de especulação. O resultado é a apropriação e valorização de partes da cidade e seu parcelamento em áreas atrativas para investimento, visando a geração de lucro, em detrimento do desenvolvimento da cidade como um todo.

Ao contrário da produção das mercadorias, não há, na produção do espaço, somente a criação de mais-valia, mas a luta pela apropriação desse espaço (VILLAÇA, 1998). A valorização de determinadas parcelas da cidade, a partir da expansão do capital em projetos que envolvem o seu constante remodelar, atualmente voltados para a indústria do entretenimento e do turismo (megaeventos), não só aumenta a renda dos setores imobiliários, mas está associado ao controle e marginalização de grupos da população, através de diversos mecanismos, dentre eles, a segregação/fragmentação. Nesse processo, ocorre a *mais-valia fundiária*, que é a transferência de patrimônio público e/ou posse das famílias de baixa renda para projetos de interesse de setores econômicos privados, através da reurbanização dessas áreas, que permite altos ganhos de capital (DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Ermínia Maricato nos alerta em relação a análise dos processos urbanos atuais quando afirma que “o planejamento urbano é o *fetich*. Fetich é o termo usado em O Capital por Marx (1985) para denominar uma relação na qual os processos envolvidos não são claros, no caso a produção de mercadoria no sistema capitalista. Ou seja, os processos por trás da nova dinâmica urbana precisam ser evidenciados, pois ferem direitos básicos, já consagrados pela legislação nos seus diferentes níveis. Nesse momento, claramente temos grandes construtoras como fortes agentes produtores de espaço associadas ao poder público.

Segundo Massey e Denton (1988), a segregação pode e deve ser medida não com um índice, mas vários. Entendem que a segregação residencial é uma construção global que inclui cinco dimensões de medição, cada uma correspondendo a diferentes aspectos de variação espacial: regularidade, exposição, concentração, centralização e agrupamento. A *regularidade* apresenta a distribuição diferencial de dois grupos sociais dentre áreas da cidade. Um grupo minoritário é tido como segregado se ele é distribuído de forma desigual. A *exposição* residencial refere ao grau de contato potencial, ou a possibilidade de interação, entre membros de grupos majoritários e minoritários em áreas da cidade. A *concentração*

refere a quantidade relativa de espaço físico ocupado por um grupo minoritário num ambiente urbano e a *centralização* é o grau em que um grupo é espacialmente localizado próximo ao centro de uma área urbana. A última dimensão da segregação residencial é o grau de *agrupamento* espacial exibido pelo grupo minoritário, isso é, o grau pelo qual áreas habitadas por minorias juntam outras, ou agrupam, no espaço.

A metodologia proposta por esses autores foi utilizada por vários estudiosos desse tema como ponto de partida para a espacialização desse fenômeno nas cidades brasileiras (ver Ribeiro, 2010). Os métodos estatísticos usados nos fazem refletir sobre determinadas variáveis e nos permitem fazer inferências, por exemplo, avaliar como possivelmente seria a cidade se a segregação não acontecesse. Podem também tentar determinar relações de causalidade, por exemplo, o impacto de políticas públicas na segregação e suas prováveis consequências. Os mapas, no entanto, são somente uma outra forma de demonstrar informações, ou seja, mais uma ferramenta da análise para nos auxiliar na compreensão dos fatos em constante mudança.

Esse modelo de desenvolvimento urbano se mostra cada vez mais inconseqüente nos seus resultados sociais, ampliando desigualdades e reduzindo oportunidades, já que a segregação vai além da simples localização das classes sociais no espaço urbano. Essa configuração territorial não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade e a sua apropriação diferenciada do espaço, como também “constitui-se em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade” (RIBERO e JUNIOR, 2003, p.6). O perfil social de uma área é entendido não apenas como “expressão das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais na disputa pela apropriação do espaço urbano, mas como fator reprodutor de tais desigualdades” (LAGO e MAMMARELLA, 2010, p. 66). Áreas socialmente homogêneas, distantes da experiência de troca entre as classes, tendem a ter menores acessos a investimentos e recursos. Já áreas com maior diversidade social possibilitam melhores oportunidades.

Como nos alertava Santos (2004), os acontecimentos podem aparecer como perversidade, ou seja, como eles realmente são, como fábula, como os grandes grupos empresariais e políticos gostariam que acreditássemos que eles são e como eles poderiam ser: de uma outra forma. A segregação aparece como uma estratégia histórica de controle do espaço, alterando sua atuação de acordo com o bloco dominante no poder. A perspectiva de análise geográfica desses fenômenos pode trazer interessantes contribuições para a superação da nossa perversa questão urbana, tirando-a da fábula, em direção a uma outra

sociedade, a partir de ferramentas intrínsecas aos geógrafos/as: a espacialização das conseqüências e processos dessa nova ordem imposta sobre o espaço urbano para subsidiar políticas públicas socialmente mais justas.

Bibliografia

ABREU, M. 2006. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP.

ARANTES, O., VAINER, C; MARICATO, E, 2000. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2011

LAGO, L. e MAMMARELLA, R. 2010 Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras Disponível em: http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm23_177.pdf Acesso em: 17/05/2012

MARCUSE, P. Enclaves Yes, Ghettoes, No: Segregation and the State. Lincoln Institute of Land Policy Conference Paper Disponível em: https://www.lincolninst.edu/pubs/dl/605_marcuse.pdf Acesso em: 19/05/2012

MARICATO, E. Cidades-Urgente: colocar a questão urbana na agenda nacional. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20298&boletim_id=1222&componente_id=19731 Acesso em: 20/06/2012

MARX, K. 1985. O Capital. Livro I, vol. 2. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, UFRJ, IPPUR, 2010

NEGRI, S. 2008. Segregação Sócio-Espacial: Alguns conceitos e análises. Coletâneas do Nosso tempo. MT, v.III, n8, p. 129- 153.

RIBEIRO, L. C. Q. 2010. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial. A metropolização da questão social no Brasil. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, p. 221/233.

RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M. e CORRÊA, F. S. (2008). Território e trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG.

RIBEIRO, L. C. Q.. e SANTOS JUNIOR, O., 2003 Revista Eure - Democracia e segregação urbana- reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira - (Vol. XXIX, No 88), pp. 79-95, Santiago de Chile. .

ROLNIK, R. <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/01/19/megaeventos-esportivos-e-tema-de-especial-da-caros-amigos-este-mes/>)

SANTOS, M. 2004. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record.

SMITH, N. 1982. Gentrification and Uneven Development. *Economic Geography*, Vol 58., No 2.

SOUZA, M. 2008. Fobópole , O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

_____ 2006. A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand.

— . 2004. Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VAINER, C. 2011 Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais Encontro Nacional da ANPUR, 14., Rio de Janeiro.

VILLAÇA, F. 1988. Social effects of urban built up space: the case of Brazil. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/socieff.pdf> Acesso em 20/05/2012